

A. I. N° - 269274.0301/11-0
AUTUADO - ARACRUZ CELULOSE S.A.
AUTUANTES - JOSÉ LUIZ OLIVEIRA MACEDO e JOSÉ MARCELO PONTES
ORIGEM - IFEP SUL
INTERNET 19.10.2011

5ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0261-05/11

EMENTA: ICMS. CRÉDITO FISCAL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA. MATERIAL DE USO E CONSUMO. Comprovado tratar-se de materiais para de uso e consumo do estabelecimento, cuja previsão para utilização do crédito é a partir de 1º/01/2020, conforme art. 33, I, da Lei Complementar nº 87/96, alterada pela LC 138/10, consoante previsto no art. 29, § 1º, II, da Lei nº 7.014/96. Exigência subsistente. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide foi lavrado em 31/03/2011 e reclama o valor de R\$ 56.525,05, em razão da utilização indevida de crédito fiscal de ICMS relativo à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, nos meses de fevereiro e junho a dezembro de 2009, conforme planilha às fls. 6 a 11 dos autos.

O sujeito passivo, representado por procurador legalmente constituído, em sua defesa tempestiva, às fls. 15 a 19 dos autos, apresenta impugnação ao Auto de Infração, onde aduz que, da análise do levantamento fiscal, se verifica que há confusão entre material de uso e consumo e insumos que integram o processo produtivo da empresa, lapso este provavelmente ocasionado pela incorreta escrituração da CFOP 2557, quando o correto seria a empresa ter escriturado o CFOP 2101, referente a insumos utilizados no processo produtivo da empresa.

Defende que, em que pese esta constatação, os créditos de ICMS apropriados na aquisição desses insumos não podem ser glosados pela fiscalização, mesmo porque são facilmente identificados como “insumo” pela descrição constante no levantamento fiscal, a exemplo de: óleo lubrificante Donax TC Shell; óleo lubrificante TDH Special Texaco; isca formicida Grant Tamandua S-NA CX20kg e óleo lubrificante Texamatic-7045E Texaco.

Sustenta não haver dúvidas que os insumos descritos integram o processo produtivo da empresa, sendo o óleo lubrificante utilizado nas etapas que antecedem a transformação da matéria-prima em produto final, quando há ampla utilização de transporte de insumos, de máquinas e equipamentos rurais e, por conseguinte, consumo desses lubrificantes.

No tocante à isca formicida, diz ser amplamente utilizada nas fases de formação e manutenção das florestas de eucalipto, sendo utilizada para o processo de industrialização da celulose.

Esclarece que atua no ramo de industrialização e exportação de celulose, cujas características fabris a enquadram no conceito genérico de agroindústria, visto que sua operação se inicia com a atividade agrícola de produção de toras de eucalipto e, na sequência, a etapa industrial propriamente dita de transformação e produção da celulose. Portanto, inerente à atividade da empresa está a aquisição de insumos que integram o seu processo produtivo, sendo estes passíveis de constituição de crédito fiscal para compensação com o tributo devido em operações subsequentes, nos termos do art. 93, “c”, do RICMS/BA, o qual estabelece o direito de crédito fiscal de formicidas, combustíveis e demais insumos empregados na produção agrícola, na

atividade extrativa vegetal. Pede a improcedência do Auto de Infração e que as futuras intimações sejam enviadas à Alameda Santos, nº. 1.357, São Paulo.

Na informação fiscal, às fls. 36 e 37 dos autos, um dos autuantes aduz que, ao contrário da afirmação da autuada de que “óleo lubrificante” e “formicida” são insumos e com direito ao crédito do imposto, neste caso específico à empresa, em primeira etapa, adquire esses produtos para utilizar nas fases de formação e manutenção das florestas de eucalipto, quando há ampla utilização de transporte de insumos, máquinas e equipamentos, e numa segunda etapa, utilizam esses produtos quando cortam a madeira para processamento industrial. Destaca que são etapas distintas em que a legislação permite o crédito fiscal na segunda etapa, mas veda a utilização do crédito na primeira etapa, do que cita e transcreve parte do Parecer Final 9826/2010 de 08/06/2010, a seguir:

[...]

Ementa: ICMS. Consulta. As atividades relacionadas unicamente com a plantação e manutenção da floresta de eucalipto (madeira em pé) encontram-se fora do campo de tributação do imposto estadual. As aquisições de combustíveis e lubrificantes para uso em máquinas e equipamentos utilizados em tais atividades não geram direito a crédito para o estabelecimento industrial.”

[...].

Da análise da presente consulta, ressaltamos inicialmente que as etapas iniciais do processo de fabricação da celulose, e que se referem especificamente às atividades de florestamento e reflorestamento previstas no item 7.16 da Lista de Serviços, a exemplo da semeadura, adubação, plantio de mudas, controle de pragas, uso de fertilizantes e congêneres, são etapas que se encontram fora do campo de incidência do ICMS, visto que não envolvem uma efetiva circulação de mercadorias tributada pelo imposto estadual.

Desta forma, as aquisições de combustíveis e lubrificantes destinadas ao uso nas máquinas e equipamentos empregados nas atividades de florestamento e reflorestamento do eucalipto, desde a seleção e plantio das mudas até a adubação e maturação efetuadas antes do corte das árvores, não gera direito ao crédito do ICMS, visto que tais atividades não se caracterizam como fato gerador do imposto estadual.

[...]

Diante de todo o exposto, e para fins de correta apropriação do crédito fiscal relativo às questões de combustíveis e lubrificantes, deverá a Consulente observar em que etapa no processo acima descrito são os mesmos utilizados – se na etapa anterior ao corte das árvores (madeira em pé), não haverá direito ao crédito; se nas demais etapas, estará assegurado o direito ao creditamento do ICMS, na forma prevista na legislação estadual.

Por fim, o autuante entende que foram esclarecidos os pontos questionados pela autuada, do que pede a procedência do Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de lançamento fiscal de crédito tributário para exigir o ICMS no valor de R\$ 56.525,05, relativo à utilização indevida de crédito fiscal de ICMS referente à aquisição de material para uso e consumo do estabelecimento, conforme planilha às fls. 6 a 11 dos autos.

Da análise da descrição dos materiais objeto da exação fiscal, às fls. 6 a 11 dos autos, se verifica que se tratam de: aditivo para radiador, câmara de ar, bateria automotiva, pilhas, botina e coturno, camisa, calça, capa de chuva, macacão, creme protetor, sabonete, desengraxante, garrafão térmico, luva algodão, lima chata, protetor auricular, óculos de segurança, rebolo, repelente contra insetos, suspensão para capacete, capacete, arame farpado, grampo para fixação cercas, cola, óleo lubrificante, isca formicida, tinta e saco plástico. Contudo, as razões de defesa apenas se insurgem contra a glosa dos créditos fiscais relativo às aquisições de óleo lubrificante (R\$ 2.234,23) e isca formicida (R\$ 31.569,10), cujos valores somam R\$ 33.803,33 do montante reclamado de R\$ 56.525,05.

Sustenta o defensor que o óleo lubrificante é utilizado nas etapas que “*antecedem a transformação da matéria-prima em produto final*”, quando há ampla utilização de transporte de insumos, de máquinas e equipamento rurais e, por conseguinte, consumos desses lubrificantes. Já a isca formicida é utilizada nas fases de formação e manutenção das florestas de eucalipto, do

que cita o art. 93, alínea “c”, do RICMS/97, cujo dispositivo estipula o direito ao crédito fiscal, salvo disposição em contrário, de formicidas, combustíveis e demais insumos empregados na produção agrícola, na atividade extrativa vegetal ou animal.

No entanto, razão não cabe ao apelante, pois, por se tratar às atividades de florestamento e reflorestamento de etapas que se encontram fora do campo de incidência do ICMS, não geram direito a crédito para o estabelecimento industrial.

Conforme bem salientado pelos autuantes na informação fiscal, tais materiais são de uso e consumo e, em consequência, os créditos fiscais lançados em sua escrita fiscal não são legítimos, visto que a utilização dos créditos fiscais relativos aos materiais destinados ao uso e consumo do estabelecimento está prevista a partir de 1º/01/2020, conforme art. 33, I, da Lei Complementar nº 87/96, alterada pela LC 138/10, consoante previsto no art. 29, § 1º, II, da Lei nº 7.014/96.

Do exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 5ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269274.0301/11-0**, lavrado contra **ARACRUZ CELULOSE S.A.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento do imposto no valor de **R\$56.525,05**, acrescido da multa de 60%, prevista no art. 42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96, e dos acréscimos legais.

Sala das Sessões do CONSEF, 06 de outubro de 2011.

FERNANDO ANTONIO BRITO DE ARAÚJO – PRESIDENTE/RELATOR

JOSÉ RAIMUNDO CONCEIÇÃO – JULGADOR

ILDEMAR JOSÉ LANDIN - JULGADOR